CIBEC/INEP
B0029113

POLÍTICA E RESULTADOS

1995 - 2002

Avaliação e Informação como Instrumento de Política

Ministério da Educação

F
37.014"1995-2002"
823pai

Brasília - DEZ/2002

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretária Executiva
Maria Helena Guimarães de Castro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Avaliação e Informação como Instrumento de Política

Apresentação 4

I. Introdução - Política de Avaliação e Informação Educacional 6

II. Quantificando a Oferta - os Censos Educacionais 10

III. Avaliando o Desempenho no Ensino Básico 14

IV Desenvolvimento de Competências no Ensino Médio 16

V. Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos 18

VI. Qualidade nos Cursos de Ensino Superior 19

VII A Avaliação da Pós-Graduação 23

VIII. Avaliações Internacionais 26

Publicações INEP 29

Toda a produção editorial do Ministério da Educação, nestes oito anos, teve como objetivo primordial oferecer suporte para a implementação das reformas e políticas definidas em relação aos vários níveis do ensino. O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação de nosso país, evitando desenvolver diretamente as ações educativas, promovendo sua execução pelos estados, pelos municípios, pelo Terceiro Setor e pelas próprias escolas.

Ao mesmo tempo procurou desenvolver um amplo e complexo sistema de informação e avaliação em todos os níveis de ensino, da educação infantil à pós-graduação. Esse conjunto de informações produzidas, por meio do trabalho do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas -INEP-, tem a função de orientar a execução das políticas de educação brasileira, em todos os níveis de governo.

Hoje, a avaliação sistemática de todos os níveis de ensino já é uma realidade no país e referência internacional. Todas as informações produzidas pelo Ministério da Educação são amplamente divulgadas para a sociedade. Os governos estaduais e municipais utilizam-se cada vez mais dessas avaliações para aperfeiçoarem seus sistemas de ensino.

Conquistamos assim um instrumento gerencial que tem sido de enorme relevância para definir políticas e programas, confirmar bons resultados e corrigir eventuais desvios de rota. Sabemos detalhadamente como anda o desempenho do nosso ensino, seus avanços e seus problemas. A avaliação constitui-se uma orientação estratégica, como deveria ser em toda a administração pública, de todos os níveis.

O propósito da presente publicação é deixar o registro do que foi feito e que, acreditamos, contribui muito para a construção de um sistema educacional cada vez melhor e mais preparado em nosso país. Na educação as coisas não acontecem da noite para o dia; o processo é lento, difícil. Por isso as avaliações se tornam extremamente importantes para balizar políticas e qualificar os debates.

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

I. Introdução

Política de Avaliação e Informação Educacional

Em 1994, durante a campanha eleitoral, o então candidato Fernando Henrique Cardoso apresentou ao país seu programa de governo "Mãos à obra, Brasil". No capítulo sobre educação, foram destacadas as ações da nova administração para criar um importante sistema de informação e avaliação educacional. Dentre as metas específicas destacavam-se:

"Informatizar o sistema de dados estatísticos educacionais para racionalizar a utilização dos recursos físicos e humanos" (...) *"Implementar um sistema nacional de avaliação das escolas e dos sistemas educacionais para acompanhar a consecução das metas de melhoria da qualidade do ensino."*
"Definir metodologias, objetivos e metas de avaliação do desempenho dos alunos nas várias séries ou etapas da educação básica" (...)
"Implantar um sistema de avaliação das universidades brasileiras, de forma a estimular a produção académica coletiva e individual dos professores" (...)
"Divulgar amplamente os resultados do sistema nacional de avaliação."

Ao assumirmos o Ministério da Educação pudemos ter uma ideia exata da enorme tarefa que tínhamos pela frente. Na área da educação básica, o sistema de informações estatísticas estava atrasado pelo menos seis anos e cada órgão do Ministério possuía seu próprio cadastro incompleto e não coincidente de escolas com os quais realizava seus próprios programas. Havia o cadastro da merenda, o do livro didático, o do FNDE, para seus convénios, e os das secretarias de ensino fundamental e de ensino médio. O censo escolar tinha um sentido meramente estatístico e estava a cargo de uma coordenação do Sistema Estatístico da Educação (SEEC), subordinada à Coordenação Geral de Planejamento Setorial, na Secretaria de Administração Geral do Ministério. Eram portanto seis diferentes bases de dados sobre a educação básica em nosso país.

A avaliação educacional era praticamente inexistente, limitando-se ao esforço de ter sido realizada a primeira edição, tecnicamente bastante limitada, do Sistema de Avaliação do Ensino Básico - o SAEB-, em 1993, cujos resultados, porém, não estavam ainda disponíveis. Não eram claros, por outro lado, os objetivos pedagógicos dessa avaliação, pois não tinha o país definido referenciais curriculares nacionais que identificassem as habilidades e competências que se queria aferir. Pelo desenho e dimensões da amostra, carecia também o sistema de possibilidades de estabelecer comparações temporais e inter-regionais.

No ensino superior a situação era ainda pior. As informações sobre o sistema, a cargo da Secretaria de Ensino Superior, apresentavam enormes lacunas, além de uma defasagem que as tornavam inúteis para efeitos de formulação de políticas. A avaliação , sistemática do ensino de graduação era inexistente e a da pós-graduação, criada nos anos setenta, precisava ser reformulada, pois a maioria dos programas havia atingido o nível A, segundo os critérios de então.

A partir de meados dos anos oitenta, havia se iniciado um esforço de avaliação institucional das universidades, que consistia em um processo de auto-avaliação voluntário - o PAIUB - que, embora útil do ponto de vista de cada instituição, pouquíssimos benefícios poderia trazer para efeitos de formulação de políticas gerais para o ensino superior. Além disso, a adesão ao programa era ainda extremamente reduzida em 1994, restringindo-se praticamente a um número reduzido de universidades, que eram as de melhor qualidade.

Desde o início do governo em 1995, demos prioridade à criação de um sistema abrangente de informação e avaliação educacionais, capaz de orientar as políticas desta área, tanto no plano federal quanto no dos Estados e municípios. Hoje, o sistema contempla todos os níveis de ensino e tem como instrumentos os censos anuais e os especiais, a produção de indicadores educacionais e a realização de um conjunto de processos de avaliação, usando tanto os resultados de testes nos alunos, questionários a diretores e professores, avaliação institucional e de infra-estrutura (PROVÃO, ENEM, SAEB, ENCEJA), quanto a avaliação por meio de comissões de especialistas no ensino superior. Tudo isto é realizado pelo INEP, que assumiu integralmente as novas responsabilidades. A única exceção é a avaliação da pós-graduação, agora totalmente renovada, que continua sendo executada pela CAPES.

Hoje os instrumentos de avaliação guardam completa coerência com a concepção pedagógica que o Ministério adotou em todos os seus programas, como os parâmetros curriculares da educação básica, a reforma do ensino médio ou as diretrizes curriculares da educação superior. A produção do sistema de informações e de avaliação e a difusão dos seus resultados têm atualidade, transparência e acessibilidade únicas em países de nosso nível de desenvolvimento. Por estas razões, este sistema, que fomos capazes de criar e consolidar nestes oito anos, é internacionalmente reconhecido como um dos melhores e mais abrangentes do mundo, a ponto de o Brasil inspirar e liderar o debate no sistema internacional de informação e avaliação de educação na ONU e no Mercosul.

O caminho para chegarmos até aqui foi longo, sinuoso e difícil. Na área da educação básica, a criação do sistema partiu do diagnóstico existente sobre as enormes lacunas existentes e da determinação política de implementar as mudanças já enunciadas desde a formulação do programa de governo. As dificuldades foram de ordem institucional e administrativa. Inicialmente elevamos o status da área responsável pelo Sistema de Estatísticas Educacionais, colocando-a como uma coordenação da recém-criada Secretaria de Política Educacional. Posteriormente foi remanejada para a Secretaria de Ensino a Distância, Informações e Avaliação, que foi, tempo depois, desmembrada em dois órgãos: a Secretaria de Ensino a Distância e o INEP. Este Instituto, criado há mais de cinquenta anos e que se encontrava praticamente inativo, foi completamente reformulado e ampliado para fazer frente aos novos desafios.

No ensino superior as dificuldades foram muito maiores, pois tivemos de enfrentar enormes resistências políticas para a definição do sistema, além do gigantesco esforço para sua montagem administrativa. Na verdade, antes do início da gestão não havia a consciência da necessidade de vincular o processo de credenciamento de instituições e de autorização e reconhecimento de cursos a um sistema de avaliação de desempenho das instituições. Já no primeiro mês de gestão percebeu-se claramente as duas grandes mazelas do processo: o credenciamento, as autorizações e os reconhecimentos eram outorgados sem nenhum prazo para novo reexame ou avaliação, e, por outro lado, era enorme a pressão política para influenciar as decisões dos órgãos encarregados dessas tarefas. Era preciso passar a contar com elementos objetivos que pudessem tornar as decisões independentes da pressão política; daí a ideia da vinculação entre os processos de avaliação e de "acreditação" do sistema. Para isso era preciso também mudar o caráter deste último, abandonando a prática dos credenciamentos e autorizações *ad eternum* e estabelecendo prazos para todas as decisões tomadas a esse respeito.

A oportunidade de realizar estas mudanças foi oferecida ao recriar o antigo Conselho Federal de Educação, extinto no Governo anterior sob suspeitas de forte influência política e de corrupção nos processos de credenciamento de instituições e de autorização de cursos. Modificamos o texto da Medida Provisória que ainda tramitava no Congresso, sem apreciação, e conseguimos aprová-la, depois de longa batalha política dentro e fora do Parlamento, em dezembro de 1995. A nova Lei, que criou o Conselho Nacional de Educação, estabelecia claramente a periodicidade dos processos de "acreditação" de instituições e cursos e criava o sistema de avaliação do Ensino Superior, estabelecendo a obrigatoriedade do Exame Nacional de Cursos (depois popularmente conhecido como PROVÃO) para os alunos concluintes dos cursos de graduação, para efeitos de avaliação dos respectivos cursos.

Além do exame, criou-se o processo de avaliação das condições de ensino de cada curso - à semelhança do que era já tradição na pós-graduação, nas avaliações da CAPES - a cargo de comissões *ad hoc* de professores mestres e doutores, para examinar o projeto pedagógico, a infra-estrutura destinada ao funcionamento dos cursos e das instituições e a qualificação de seu corpo docente. O objetivo do novo sistema criado era reduzir a enorme heterogeneidade na qualidade das instituições de ensino superior do país. O estabelecimento de vinculações objetivas entre a avaliação e o processo de credenciamento de instituições, autorizações e reconhecimentos de cursos e suas renovações periódicas eliminaram o caráter discricionário, cartorial e clientelista

que vigorava até 1994. Além disso, nos deu segurança para permitir uma expansão mais rápida do ensino superior para atender às necessidades do desenvolvimento do país, garantindo uma elevação geral de sua qualidade. Ao longo desses anos o sistema foi sendo continuamente ampliado e aperfeiçoado, chegando hoje a avaliar 24 diferentes carreiras, num total de mais de cinco mil cursos superiores, representando mais de 80% do total de graduandos de cada ano.

Além de servir como insumo do processo de "acreditação", a própria realização da avaliação e a ampla difusão de seus resultados para o conhecimento de toda a sociedade produzem, por si só, efeitos positivos no sistema. Em se tratando de um segmento diferenciado da população, tanto em termos da clientela do sistema, quanto dos futuros usuários e empregadores dos profissionais formados, a existência de elementos objetivos de avaliação publicamente conhecidos exerce enorme pressão social sobre as instituições mal avaliadas.

Na pós-graduação, o sistema de avaliação da CAPES, que tão bons resultados havia produzido, mas que estava já obsoleto, foi totalmente reformulado. Foram estabelecidos padrões internacionais de excelência, ampliando a escala de conceitos e buscando o referendo de comissões de especialistas internacionais. Novos critérios de eficiência e desempenhos académicos foram também definidos, vinculando o novo processo de avaliação ao de credenciamento e à concessão de financiamento e bolsas de estudo para os programas.

Houve sempre a preocupação de vincular nosso país aos sistemas internacionais de avaliação educacional em todos os níveis, especialmente os desenvolvidos pela UNESCO e pela OCDE. Sabíamos, de antemão, que os resultados comparativos não seriam bons, mas a busca de padrões internacionais de qualidade deve passar a ser uma atitude permanente de nosso país em relação a todos os níveis de ensino. Em relação às expectativas, os resultados foram bastante satisfatórios, nas comparações regionais na América Latina, e os esperados em relação aos países mais desenvolvidos. Em nenhum momento quisemos esconder ou maquiar os resultados, pois entendemos que o obtido pelos países mais avançados deve ser o norte a guiar nossas ações educacionais. Como veremos ao longo da publicação, os resultados foram satisfatórios.

A avaliação foi também uma constante em todas as políticas desenvolvidas pelo Ministério ao longo desse período, tanto no caso das novas ações implementadas, como o FUNDEF, a TV-Escola ou o Programa Bolsa Escola, quanto no dos programas tradicionais que foram reformulados, como o. da Merenda Escolar ou do Livro Didático. Estas avaliações foram sempre realizadas por entidades independentes, públicas ou privadas, e muitas delas vinculadas às nossas melhores universidades. Seus produtos foram indicações excelentes dos resultados alcançados, como também ofereceram subsídios importantes para correções de rumo na implementação das ações.

O sistema de avaliação e informação desenvolvido nesta gestão é hoje referência de qualidade para os gestores de educação do país em todo o conjunto do sistema e um importante instrumento de gestão para a melhoria permanente da qualidade

II - Quantificando a Oferta - os Censos Educacionais

As alterações introduzidas no sistema educacional, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), abrangeram práticas inovadoras que buscaram valorizar e favorecer o processo de aprendizagem, como foi o caso da progressão continuada, os conceitos de classificação e reclassificação de alunos e a possibilidade de aceleração de aprendizagem, entre outras. A introdução desses novos mecanismos acarretou a necessidade de acompanhamento permanente do sistema, assim como a revisão das formas de coleta e de tabulação de dados, incorporando novos quesitos ou modificando outros, para o desenvolvimento dos indicadores.

Os Censos Educacionais são necessários. para gerarem uma base sólida de dados e informação estatística que será utilizada nos processos subsequentes de avaliação, planejamento e tomada de decisão, no estabelecimento das políticas de educação e definição dos programas. A Constituição Federal estabelece, como parte do dever do Estado com a educação, o levantamento de informações e estatísticas sobre os alunos.

"Art. 208
§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada *e zelar,* ***junto aos pais ou*** *responsáveis,* ***pela frequência escolar."***

Os levantamentos abrangem todos os níveis e modalidades de ensino, por meio de duas pesquisas distintas, representadas pelo Censo Escolar e pelo Censo do Ensino Superior. Estes instrumentos são aplicados anualmente em todos os estabelecimentos de ensino, das redes pública e privada, possuindo, assim, abrangência nacional. De forma não periódica, foram realizados também levantamentos especiais, abordando temáticas específicas, como foram o Censo do Professor, o Censo Infantil, o Censo Escolar Indígena e o Censo da Educação Profissional e o Censo da Educação Especial, depois incorporado ao Censo Escolar.

É por meio do Censo Escolar que o INEP atualiza anualmente o Cadastro Nacional de Escolas e obtém novos dados referentes à matrícula, ao movimento e rendimento dos alunos, incluindo informações básicas, como idade e sexo, turnos cursados, turmas, séries, características físicas dos prédios escolares e equipamentos existentes, além de informações sobre o pessoal técnico e administrativo e do quadro docente, por nível de atuação e grau de formação.

Com os dados dos censos escolares geram-se indicadores básicos para o acompanhamento do sistema escolar, como são exemplos as taxas de escolarização, as características do fluxo escolar (taxas de promoção, repetência, evasão), o tempo médio no qual os alunos estão concluindo a escolaridade obrigatória, taxas de distorção idade/série, entre outros.

Todos os programas e projetos executados pelo Ministério da Educação passaram a apoiar-se nos levantamentos estatísticos da educação básica. O FUNDEF busca no Censo

Escolar os dados para sua base de distribuição dos recursos do Fundo e para o cálculo do valor anual mínimo por aluno. Os procedimentos do Censo Escolar foram, então, regulados na legislação do FUNDEF, em especial a Lei n° 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que o instituiu, e o Decreto n° 2.264, de 27 de junho de 1997, que o regulamentou. Programas universalizantes, como o de Alimentação Escolar, o do Livro Didático e o do Dinheiro Direto na Escola, também fazem suas projeções baseadas nos censos escolares. Neste sentido, os dados do Censo Escolar precisam ser conhecidos com a maior atualidade possível.

O planejamento do Censo Escolar começa a ser feito no segundo semestre do ano anterior. Em novembro, o INEP promove um seminário técnico nacional, reunindo as equipes das secretarias estaduais e representantes da UNDIME, com o objetivo de discutir o instrumento de coleta e os procedimentos adotados, a partir de um balanço do que se realizou no último Censo, bem como do acompanhamento das alterações ocorridas no sistema educacional.

O questionário do Censo Escolar é consolidado pelo INEP, que o encaminha para as secretarias estaduais. Estas, por sua vez, se encarregam de enviar os questionários aos estabelecimentos escolares da sua rede, às escolas privadas e aos municípios, que fazem a distribuição para a sua rede escolar. A Portaria Ministerial n° 1.496, de 6 de dezembro de 1995, fixa a última quarta-feira de março de cada ano, como o Dia Nacional do Censo Escolar.

Depois de preenchidos pelo responsável do estabelecimento de ensino, os questionários retornam às Secretarias Estaduais (e, em alguns casos, Municipais) de Educação, para que se proceda à digitação e à verificação de consistência dos dados. Esta tarefa é realizada de forma descentralizada por todas as secretarias envolvidas.

Para promover maior agilidade nesse processo, foram realizados investimentos, tanto no fornecimento de softwares, como de equipamentos, e no treinamento para os técnicos das secretarias. Atualmente, todo o processo está informatizado, com as secretarias ligadas em rede, on-line, ao INEP, permitindo ao mesmo o monitoramento e a supervisão de todo o processo nos 26 Estados e no Distrito Federal, por meio do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIED).

Este sistema é composto pelos módulos estadual (secretarias), regional (delegacias) e municipal (prefeituras). A partir de 2000, as escolas públicas e privadas de educação básica puderam também utilizar a página do INEP na Internet para responder ao questionário do Censo Escolar.

Após o recebimento dos bancos de dados de todas as unidades da Federação, o INEP

consolida o banco nacional para divulgação preliminar do Censo Escolar. Com a criação do FUNDEF, o Censo Escolar passou a ter duas publicações no Diário Oficial da União; a primeira, em agosto, em caráter preliminar, e a última, definitiva, em dezembro. Desta forma, o Censo Escolar constitui um exemplo no mundo, em matéria de coleta e divulgação de dados, uma vez que os mesmos são colocados ao conhecimento público em menos de 6 meses após o preenchimento do questionário, pelas escolas, e dentro do mesmo ano base.

A partir da publicação dos resultados de agosto, os Estados e municípios podem retificar os dados incorretos. Recebem um prazo de 30 dias para apresentar recursos, se for o caso, fundamentando a retificação. Os recursos são analisados pela área técnica de apuração de levantamentos e pela área jurídica do INEP.

Concluído esse processo e julgados todos os recursos, são feitas as correções necessárias no banco nacional e divulgados os resultados finais do Censo Escolar. O ciclo recomeça com o novo calendário do Censo seguinte, fixado pelo INEP por meio de portaria específica publicada no mês de fevereiro, cumprindo, assim, o disposto na legislação.

A disseminação dos resultados dos Censos é realizada por meio de um conjunto de publicações, tais como as sinopses e os informes estatísticos, bem como mediante entrevistas coletivas à imprensa. O Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), como órgão especializado na disseminação de informações educacionais, possibilita o acesso aos principais resultados dos levantamentos produzidos pelo INEP, inclusive consulta e cópia, via Internet.

Dentro do princípio de devolver a informação à fonte, em 1999 as escolas passaram a receber um boletim, que acompanha o questionário do Censo Escolar, com seus dados e indicadores individuais, provenientes do Censo anterior, comparados com as médias estadual e nacional, para que possam balizar seu desempenho.

O Censo Escolar abrange atualmente cerca de 220 mil estabelecimentos de ensino básico, 55 milhões de alunos e 2,5 milhões de funções docentes. O Censo do Ensino Superior, por sua vez, promove o levantamento de dados nas diversas instituições de ensino superior - universidades, centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados. A coleta abrange, atualmente, 1.180 instituições, 11 mil cursos, 2,7 milhões de estudantes e perto de 200 mil funções docentes.

FONTE: INEP/Ministério da Educação.

CENSOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Censos	Ano Realizado	Objetivos	Cobertura
Censo Escolar	Anual	- Levantamento da situação escolar em todos os níveis do ensino básico do país, incluindo a educação infantil, classes especiais e a educação de jovens e adultos; - Coleta de dados sobre o perfil das matrículas, das funções docentes, estabelecimentos, rendimento e movimentação escolar.	1995 - 44 milhões de alunos - 2 milhões de funções docentes 2002 - 55 milhões de alunos - 2,5 milhões de funções docentes
Censo do Ensino Superior	Anual	- Levantamento da situação do ensino superior do país, em todas as modalidades, incluindo os cursos tecnológicos, os seqüenciais e a distância; - Coleta de dados sobre o perfil das instituições de ensino, recursos humanos, matrículas, processos seletivos e conclusão da graduação.	1995 - 1,8 milhão de estudantes - 145 mil funções docentes 2000 - 2,7 milhões de estudantes - 198 mil funções docentes
Censo do Professor	1997	- Diagnóstico da situação dos docentes da Educação Básica; - Levantamento de dados sobre o grau de formação, tempo de exercício do magistério, nível salarial e características do perfil dos professores.	- 1,6 milhão de professores das redes pública e particular da Educação Básica (90% da categoria)
Censo da Educação Profissional	1999	- Diagnóstico da situação do ensino profissional no país; - Coleta de dados sobre a oferta pública e privada da Educação Profissional, em seus níveis Básico, Técnico e Tecnológico.	- 4 mil instituições - 33 mil cursos - 2,8 milhões de estudantes - 100 mil professores e instrutores
Censo da Educação Indígena	1999	- Diagnóstico da situação educacional da população indígena, visando estabelecer parâmetros educacionais, observando a diversidade e as características próprias de cada cultura; - Detalhamento das matrículas nos diferentes níveis de ensino, das etnias que são atendidas, dos docentes e estabelecimentos indígenas	- 4 mil instituições - 33 mil cursos - 2,8 milhões de estudantes - 100 mil professores e instrutores
Censo da Educação Infantil	2000	- Diagnóstico mais preciso do atendimento à criança de 0 a 6 anos; - Ampliar o cadastro de instituições que oferecem esse nível de ensino e obter informações mais detalhadas sobre o tipo de atendimento realizado.	- 92,5 mil estabelecimentos de Educação Infantil - 5,9 milhões de crianças atendidas

III. Avaliando o Desempenho no Ensino Básico

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) levanta, a cada dois anos, informações sobre o desempenho dos alunos, nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, por meio de testes de rendimento, questionários aos professores e diretores e instrumentos de avaliação preenchidos por pesquisadores de campo. E aplicado sobre uma amostra do alunado, representativa para todas as unidades da Federação, as Regiões e o País.

Além de identificar os níveis de desempenho e aprendizagem efetivamente alcançados pelos alunos, os resultados do SAEB permitem estabelecer algumas correlações importantes sobre os fatores associados ao rendimento escolar. Para isso são levantados, também, o perfil sócio-econômico e cultural dos alunos, bem como seus hábitos de estudo, aspectos da gestão da escola, perfil dos professores, participação dos pais.

As escolas são também avaliadas, com informações sobre os professores (perfil e práticas pedagógicas) e sobre os diretores (perfil e práticas de gestão escolar), assim como sobre os equipamentos disponíveis e características físicas das escolas, visando a contextualizar o desempenho dos alunos e identificar fatores a ele associados.

A avaliação dos alunos é feita utilizando-se uma grande quantidade de questões - cerca de 150 por série e disciplina - visando aferir a proficiência do aluno, entendida como um conjunto de competências e habilidades que se espera nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências. Em outras palavras, procura-se verificar o que o aluno sabe e é capaz de fazer com o seu conhecimento.

Os resultados do SAEB constituem um precioso subsídio para orientar a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do ensino fundamental, e da reforma curricular do ensino médio, pois permitem identificar as principais deficiências na aprendizagem dos alunos. As reformas desencadeadas pelo Ministério da Educação estão voltadas a reduzir a ênfase em conteúdos de memorização para a formação geral na educação básica e incentivar uma abordagem pedagógica mais voltada para a solução de problemas e para o desenvolvimento das competências e habilidades gerais, raciocínio lógico, capacidade de buscar, interpretar e usar a informação de modo contextualizado. A . ideia é que os alunos devem aprender a aprender.

A implantação do SAEB ocorreu em 1990, com uma primeira aplicação de provas e o levantamento de dados em nível nacional. Em 1993, o SAEB procedeu a sua segunda aplicação, estruturado em três eixos de estudo: o rendimento do aluno; perfil e prática docentes; perfil dos diretores e formas de gestão escolar. A partir de 1995, em sua terceira edição, o SAEB incorporou importantes mudanças metodológicas, sobretudo estabelecendo escalas de proficiência, por disciplina, englobando as

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB

Anos	Nº de Escolas na Amostra	Nº de Diretores na Amostra	Nº de Funções Docentes Pesquisadas	Nº de Alunos Avaliados
1995	2.839	2.839	4.967	90.499
1997	1.933	1.933	18.077	167.196
1999	6.890	6.890	53.815	279.764
2001	6.935	6.935	21.754	287.719
Total acumulado de alunos avaliados				825.178

FONTE: Ministério da Educação / INEP / SAEB.
OBS.: São avaliadas as 4as e 8as séries do ensino fundamental e 3as do ensino médio, nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História e Ciências. Em 2001 foram avaliadas apenas as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, o que reduziu o número de funções docentes na amostra.

três séries avaliadas, visando permitir o ordenamento do desempenho dos alunos em um continuum; passou a incluir o nível médio, incorporou na amostra escolas públicas e privadas e foco nas séries de final de ciclo de aprendizagem: 4ª, 8ª e 3ª séries. Cada disciplina tem uma escala específica. A descrição dos níveis de proficiência indica o que os alunos demonstram efetivamente saber e foram capazes de fazer, isto é, que conhecimentos, nível de entendimento e habilidades instrumentais puderam adquirir na escola. O SAEB estruturou-se, assim, como instrumento de avaliação da qualidade do ensino básico, de forma descentralizada que permite a todos estados e municípios utilizarem as informações como instrumento de gestão de suas políticas.

Várias ações do Ministério da Educação foram desenvolvidas a partir dos resultados do SAEB, como os programas de formação e capacitação de professores; as ações desenvolvidas para aceleração da aprendizagem; o incentivo à participação dos pais na escola por meio de campanhas nacionais e do Dia Nacional da Família na Escola e o amplo incentivo à leitura por meio de programas como Biblioteca da Escola e Literatura em Minha Casa, além da campanha Vamos Fazer do Brasil um País de Leitores.

É relevante ainda a articulação com Estados e municípios para desenvolvimento de sistemas de avaliação integrados à metodologia do SAEB para efeitos de comparação e o estímulo a estudos e pesquisas a respeito dos resultados para formar mais e mais massa crítica sobre o sistema de ensino brasileiro.

IV. Desenvolvimento de Competências no Ensino Médio

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem como ênfase a avaliação do perfil de saída dos egressos deste nível de ensino. Seu objetivo principal é proporcionar uma avaliação do desempenho dos alunos, ao término da escolaridade básica, segundo uma estrutura de competências associadas aos conteúdos disciplinares, que se espera tenha sido incorporada pelo aluno, para fazer frente aos crescentes desafios da vida moderna.

O ENEM, ao mesmo tempo que serve como auto-avaliação a milhares de jovens estudantes, fornece uma medida das respostas que a escola apresenta diante dos mesmos desafios impostos pelos mecanismos estruturais da sociedade, tanto no tocante ao pleno exercício da cidadania, como no sentido de prover uma formação adequada para o nível superior de ensino, dentro de uma concepção orientada para a aprendizagem continuada.

Na mesma direção, o ENEM permite ao poder público dimensionar e localizar as lacunas -que debilitam o processo de formação dos jovens e dificultam sua realização pessoal e sua inserção no processo de produção da sociedade. De outro lado, como instrumento de política pública, busca diretamente, no seu público-alvo, subsídios para avaliação das orientações a serem seguidas.

A estrutura conceituai de avaliação do ENEM vem se aprimorando desde sua primeira aplicação, tendo como referência principal a articulação entre o conceito de educação básica e o de cidadania. As competências priorizadas na avaliação dizem respeito ao domínio da língua portuguesa, domínio das linguagens específicas das áreas matemática, artística e científica; aplicação de conceitos para a compreensão de fenómenos naturais, processos histórico-geográficos, produção tecnológica e manifestações artísticas. São, também, parte das competências avaliadas a utilização de dados e informações para tomada de decisões diante de situações-problema, assim como para construção de argumentação consistente. Outro item importante entre as competências requeridas encontra-se a capacidade de elaboração de propostas de intervenção na realidade, respeitando valores humanos e considerando a diversidade sócio-cultural do país.

O que está presente na concepção do ENEM é a importância de uma educação com conteúdos analiticamente mais ricos, voltados para o desenvolvimento do raciocínio e a capacidade de aprender a aprender, buscando a eliminação paulatina dos currículos gigantescos e permitindo às escolas do ensino médio concentrarem-se no que é importante ensinar. O valor de uma formação não reside no aprendizado de muitos fatos, mas no treinamento da mente para conceber coisas novas.

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Anos	Nº de IES que Utilizam o ENEM (1)	Nº de Municípios que Sediam os Exames	Nº de Inscritos Presentes no Exame
1998	1	184	115.575
1999	93	162	315.960
2000	199	187	352.487
2001	296	277	1.200.883
2002	338	600	1.327.577
Total acumulado de participantes			3.312.482

FONTE: Ministério da Educação / INEP / DACC.
NOTAS: (1) instituições de Ensino Superior que já utilizam os resultados do Exame como critério de seleção aos seus cursos de graduação.

Em sua quinta edição, o Exame Nacional do Ensino Médio está atingindo a marca de 3,3 milhões de alunos avaliados desde 1998, quando se realizou o primeiro exame. O ENEM vem sendo ampliado para um número cada vez maior de municípios que sediam os exames, tendo em vista facilitar o acesso a todos os que estão concluindo o Ensino Médio, em todo o Brasil, ou são egressos do sistema e desejem fazer uma avaliação de seu aprendizado.

Um dos principais resultados tem sido a aceitação que o exame tem recebido por parte das escolas, traduzida pela opinião de professores e alunos. O ENEM vem sendo considerado peça importante para a aferição de competências dos egressos do Ensino Médio, tanto que é crescente o número de universidades e outras instituições de-ensino superior que vêm utilizando seus resultados como parte dos critérios de seleção de candidatos aos cursos de graduação.

Com a abrangência obtida em 2001, foi possível captar, em todo o País, a percepção dos jovens egressos do ensino médio sobre a sua experiência escolar, a caracterização das escolas que frequentaram e suas opiniões sobre as relações intervenientes no processo de aprendizado e convivência escolar.

O ENEM 2001 procurou ampliar seu entendimento sobre os limites e possibilidades do jovem brasileiro, por meio do aprofundamento da identificação de seus valores, opiniões e atitudes. Neste sentido, buscou-se mapear seus interesses e expectativas, o entorno das suas relações pessoais e as formas de inserção no debate público e amplo da sociedade que o circunda. Um projeto pedagógico que almeja patamares superiores de cidadania precisa ter seu subsídio no conhecimento permanente e atualizado das opiniões e reivindicações das pessoas e, dessa forma, complementar o círculo virtuoso do trabalho do professor e da escola com seus alunos.

O ENEM também tem sido um valioso instrumento da política de implementação da reforma do ensino médio, difundindo seus objetivos de forma intensiva para todo o Brasil.

V. Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos

O mais novo produto do INEP no quadro da avaliação do ensino é o ENCEJA. O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos irá avaliar, em provas interdisciplinares e contextualizadas, as competências e habilidades básicas desenvolvidas pelos participantes em programas regulares e informais de educação supletiva, de níveis fundamental e médio. Para participar do ENCEJA, os jovens e adultos deverão ter, no mínimo, 15 anos de idade, no caso do exame para o nível fundamental, e no mínimo 18 anos para o nível médio.

O ENCEJA poderá ser utilizado pelas secretarias estaduais e municipais de Educação como instrumento de certificação de conclusão dos níveis fundamental e médio. A avaliação é destinada às pessoas, matriculadas ou não na escola, que estão acima da faixa etária adequada para cursar o ensino regular e ainda não concluíram essa etapa da escolarização.

A adesão ao ENCEJA, por parte dos governos municipais e estaduais, é voluntária. Cada Secretaria de Educação decide como os resultados da avaliação serão utilizados. Também é de responsabilidade de cada unidade da Federação, quando for o caso, a emissão do certificado de conclusão do ensino fundamental e médio, conforme define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Exame realizado pelo INEP, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação, contou em seu primeiro ano (2002) com 14 mil participantes, de 51 municípios. As secretarias de Educação serão responsáveis por definir e divulgar os critérios de utilização dos resultados, a inscrição dos candidatos, a aplicação e correção do teste e o envio das informações ao INEP para estruturação de um banco de dados. A elaboração das provas é de responsabilidade do INEP, que também prestará assistência técnica aos estados e municípios durante o processo de avaliação, inclusive na análise dos resultados.

Assim como as outras avaliações, o ENCEJA terá importantes consequências na melhoria da qualidade dos cursos e exames de jovens e adultos.

VI. Qualidade nos Cursos de Ensino Superior

Em 1995, o grande desafio em relação ao ensino superior era garantir a expansão e a diversificação do sistema com a qualidade necessária. Entretanto, o sistema de credenciamento de instituições e de autorização de cursos, além de burocratizado, havia levado à formação de cartéis, com reservas territoriais de mercado e constituição de cartórios com poder de emitir diplomas de ensino superior por prazo ilimitado e sem avaliação de qualidade.

Iniciamos então a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Superior. Na construção deste sistema, foram desenvolvidos um conjunto de instrumentos que pudessem fornecer dados sobre os cursos de graduação e seu desempenho. Dentro dessa filosofia foi criado o Provão, o mais conhecido dos instrumentos de avaliação, no qual se incluem a Avaliação das Condições de Oferta e a Avaliação Institucional. Houve uma enorme resistência das corporações, mas a sociedade apoiou a ideia, pois quer transparência e direito à informação.

O Exame Nacional de Cursos, o Provão, consolidou-se no País como instrumento de avaliação do ensino superior. É um exame obrigatório, por lei, para todos os estudantes que estão concluindo os cursos de graduação, avaliados a cada ano. Compõe-se das provas prestadas pelos estudantes, em conclusão de curso ou

Desde que foi instituído, o Sistema de Avaliação da Educação Superior foi sendo revisto e aprimorado. Atualmente, regulamentado pelo Decreto n° 3.860, de 9 de julho de 2001, inclui:

I -avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II -avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

a) grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;
b) plano de desenvolvimento institucional;
c) independência académica dos órgãos colegiados da instituição;
d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;
e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação:
f) critérios e 'procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
g) programas e ações de integração social; h) produção científica, tecnológica e cultural;
i) condições de trabalho e qualificação docente; j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas;
1) os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

III- avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de ensino de cada curso.

recém-concluintes, e por um questionário sócio-econômico e cultural, que levanta dados sobre o perfil dos mesmos. A avaliação dos cursos é completada com dados do Censo do Ensino Superior, que fornece indicadores sobre o corpo docente e sobre as instituições de ensino.

Foi estabelecida uma vinculação mais efetiva entre os sistemas de avaliação do ensino superior e os processos de

renovação do reconhecimento dos cursos e de recredenciamento das instituições. O Exame oferece novas referências para a consolidação dos cursos que apresentam bom desempenho. Os cursos com pior desempenho, por sua vez, passam a dispor de critérios seguros para a correção de falhas em aspectos fundamentais, diretamente ligadas ao ensino-aprendizagem, às diretrizes curriculares, às condições de infra-estrutura e à atuação do corpo docente.

A concepção do Exame Nacional de Cursos tomou por base o princípio de que a avaliação tem função prospectiva, devendo ser complementada pela análise de outras variáveis intervenientes no processo de ensino desse nível de graduação. Outro princípio básico é que o estabelecimento das normas para a realização do ENC, em cada área, inclui necessariamente a participação da comunidade académica, daqueles que estão diretamente envolvidos com o ensino superior, na sua respectiva área.

São nomeadas, para esse fim, comissões de professores provenientes de diversas regiões do País e de instituições de educação superior subordinadas a diferentes dependências administrativas. Essas comissões são subsidiadas por informações enviadas pelas próprias instituições sobre os projetos pedagógicos desenvolvidos nos seus cursos. A comunidade académica está envolvida também em todas as fases do processo de avaliação, desde a identificação dos alunos em condições de concluir o curso, que devem ser inscritos para o Exame, até a avaliação das provas aplicadas, com críticas e sugestões para seu aperfeiçoamento.

Nas sete edições do Exame Nacional de Cursos, cerca de 1,3 milhão de estudantes -graduandos e recém-graduados em cursos do Ensino Superior - estiveram presentes às provas. Ano a ano foram sendo incorporadas novas áreas de graduação e ampliados os cursos a serem examinados. Em 2002, o número de inscritos no exame representou cerca de 90% dos concluintes de cursos de educação superior do País. Em 1996, primeiro ano de realização do exame, 55 mil alunos de 600 cursos haviam sido avaliados, o que significava cerca de 23% dos concluintes dos cursos de graduação. De modo geral, os cursos e instituições criados após o Provão têm desempenho melhor - 44% dos cursos criados a partir de 1996 receberam conceitos A e B no provão, com registros de um movimento de interiorização e de correção dos desequilíbrios regionais.

Exame Nacional de Cursos - ENC

Anos	Nº de Áreas de Graduação	Nº de Cursos	Nº de Inscritos Presentes no Exame
1996	3	616	55.537
1997	6	822	85.576
1998	10	1.710	126.823
1999	13	2.151	160.018
2000	18	2.888	197.840
2001	20	3.701	271.421
2002	24	5.030	368.890
Total acumulado de participantes			1.266.105

FONTE: Ministério da Educação/INEP/DAES.

Número de inscritos e cursos por área do Provão 2002

Áreas	Inscritos	Cursos
Administração	63.490	614
Agronomia	3.437	74
Arquitetura	6.799	96
Biologia	14.552	288
Ciências Contábeis	24.621	408
Direito	62.809	298
Economia	9.872	190
Enfermagem	9.338	144
Engenharia Civil	6.373	128
Engenharia Elétrica	5.364	96
Engenharia Mecânica	3.544	78
Engenharia Química	1.552	51
Farmácia	10.026	108
Física	1.965	82
História	13.977	281
Jornalismo	7.619	131
Letras	31.599	472
Matemática	14.896	358
Medicina	8.537	86
Medicina Veterinária	4.018	76
Odontologia	9.333	113
Pedagogia	66.930	606
Psicologia	11.323	136
Química	4.021	116
TOTAL	395.955	5.030

Complementarmente ao Exame Nacional de Curso realizam-se as avaliações *in loco*, nos estabelecimentos de ensino superior, por meio de comissões formadas por especialistas, visando aferir as condições de ensino de cada curso. Estas comissões reúnem docentes e pesquisadores, indicados pelo próprio meio académico. Em grupo, verificam a infra-estrutura dos cursos, sua organização didática e pedagógica, a qualificação dos docentes e a relação da instituição com seus alunos. Em 2002 envolveu cerca de 1.350 avaliadores.

A Avaliação das Condições de Ensino das instituições de nível superior considera os seguintes aspectos para avaliação:

I) organização didático-pedagógica;

II) corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;

III) adequação das instalações físicas gerais, e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes, e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso;

IV) bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, bem como para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

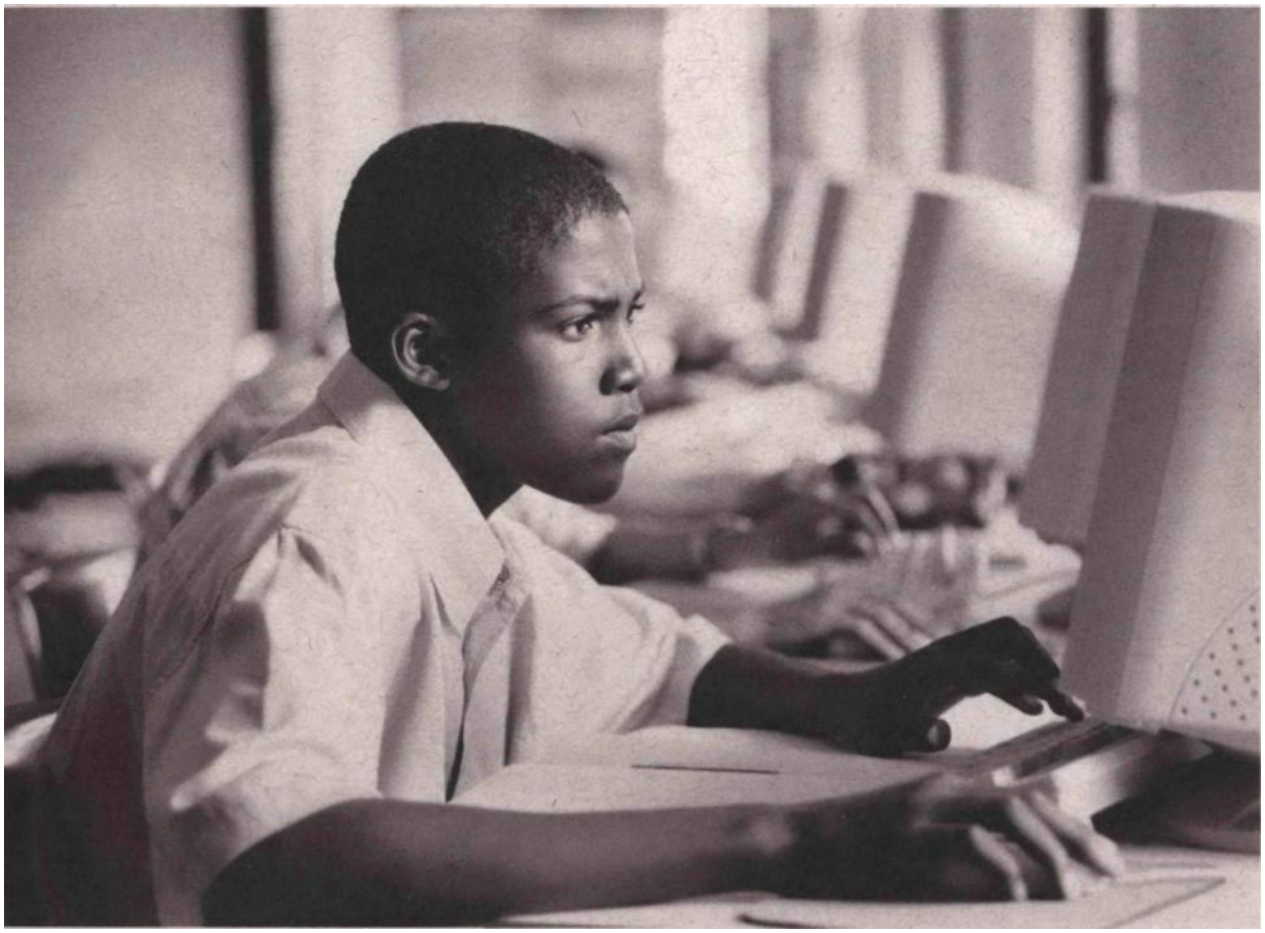
A divulgação, para a sociedade, dos dados da avaliação de cursos e instituições é ampla, geral e irrestrita, feita em quatro etapas:

• Divulgação ampla dos dados gerais por meio da imprensa;
• Publicização de todos os resultados no site do INEP - www.inep.gov.br
• Envio de um Relatório do Curso para cada Coordenador do respectivo curso que passou pelo exame.
• Realização de Seminários por área, para discussão dos resultados e questões pertinentes às áreas e cursos.

Apenas em 2001, ocorreu a incorporação definitiva do sistema de avaliação, segundo critérios automáticos, no processo de supervisão, ou seja, nos processos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de instituições; e de autorização, fechamento, reconhecimento e suspensão do reconhecimento de cursos.

As instituições bem avaliadas têm o seu reconhecimento automaticamente aprovado. As instituições seguidamente mal avaliadas terão seus cursos suspensos ou fechados e seus alunos têm, por lei, o direito de reconhecimento dos créditos e de transferência para outra instituição. Isso não poderia ser feito até então, já que não havia uma massa crítica de informações sobre as avaliações que permitisse esse automatismo. Seria irresponsável determinar o fechamento de um curso mal avaliado em um ou dois anos.

O ensino superior brasileiro, apesar dos avanços, ainda apresenta diferenças de qualidade. Contudo estamos no caminho certo: as informações produzidas pelas avaliações realizadas desde 1996 mostram um cenário cada vez mais positivo. A cada ano os resultados da avaliação demonstram melhoria na média geral do sistema e a confirmam como importante indutora da melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro. Após seis anos o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior está consolidado como instrumento fundamental de aferição de qualidade de ensino.



VII. A Avaliação da Pós-Graduação

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação mantido pela CAPES - órgão vinculado ao Ministério da Educação - desempenha, desde sua implantação em 1976, um papel fundamental no desenvolvimento desse nível de ensino no Brasil, tendo se constituído em fator decisivo para a elevação da qualidade dos cursos de mestrado e doutorado do país.

A avaliação levada a efeito pela CAPES acompanhou a evolução da pós-graduação nacional e proporcionou dados importantes para a política de investimentos no setor. Ao longo dos anos 90, entretanto, o sistema precisava passar por uma reformulação. A partir de 1996, a CAPES buscou objetivar melhor quais deveriam ser as bases dessa reformulação, promovendo visitas a programas nos quais os cursos havia obtido conceitos C, D e E ou estavam em fase de reestruturação, assim como incentivando estudos e debates sobre as condições de atuação do sistema.

Alguns problemas foram identificados. A escala de classificação que vinha sendo utilizada estava perdendo seu poder discricionário. Na avaliação de 1996, a grande maioria dos cursos de mestrado e de doutorado havia obtido os mais altos conceitos da escala (A ou B).

Da mesma forma, o sistema mostrava pouca capacidade para retratar adequadamente a heterogeneidade dos estágios de desenvolvimento das diferentes áreas de conhecimento. Constatava-se, também, uma certa inadequação do procedimento de se avaliar em separado os cursos de mestrado e doutorado. Essa divisão trazia sérias dificuldades operacionais, uma vez que frequentemente um mesmo corpo docente e uma mesma infra-estrutura de ensino e pesquisa dão sustentação ao conjunto das ações do programa.

Outras questões diziam respeito ao sistema de avaliação contemplar um modelo rígido de organização da pós-graduação, caracterizado por aspectos tais como: super-valorização do papel do mestrado; consagração de um rígido esquema sequencial entre o mestrado e o doutorado, orientação do sistema de pós-graduação quase exclusivamente para o atendimento das necessidades do mercado académico; pouco estímulo à integração da pós-graduação com o ensino de graduação.

Neste sentido, evidenciava-se a necessidade de ajustamento dos critérios e indicadores adotados, tendo em vista, entre outros aspectos, valorizar mais adequadamente a produção científica, artística ou tecnológica do corpo docente e discente; a integração da pós-graduação com o ensino de graduação e também a consideração das peculiaridades dos programas e de informações qualitativas sobre seu desempenho.

Com base em todos os subsídios coletados, foi decidida a implantação, em 1998, das seguintes mudanças no processamento da avaliação:

• Doutorado como finalidade última da formação pós-graduada - a exemplo dos modelos internacionalmente aceitos;
• Avaliação por programa de pós-graduação - e não mais isoladamente por curso de mestrado e de doutorado;
• Adoção, como referência, dos padrões internacionais de qualidade de cada área - sendo os dois níveis mais altos da escala correspondentes ao padrão de desempenho assegurado pelos grandes centros internacionais de formação na área;
• Ajustamento dos parâmetros e critérios de avaliação - com a valorização da produtividade docente e discente, interação do programa com o ensino de graduação, tempo médio despendido para a titulação dos alunos, entre outros aspectos;
• Adoção de uma escala numérica, de 1 a 7, em substituição à escala anterior de cinco conceitos (de A a E) - observadas as seguintes especificações:
Notas 6 e 7 - exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, segundo os padrões internacionais da área; Nota 5 - nota máxima admitida para programas que ofereçam apenas mestrado; Nota 3 - padrão mínimo de qualidade aceito para a validação dos diplomas pelo Ministério da Educação.
• Realização da avaliação geral a cada triénio - e não mais a cada biénio - mantendo-se entre essas avaliações um esquema de análise e acompanhamento anual dos programas, em cumprimento do princípio de avaliação continuada;
• Subordinação dos resultados propostos pelas Comissões de Avaliação à homologação pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) - fortalecendo esse conselho como órgão coordenador de todo o processo de avaliação e ampliando as condições para a articulação da atuação das diferentes comissões; • Uniformização dos critérios utilizados para a avaliação das diferentes áreas e obtenção de uma visão integrada do sistema' de pós-graduação.

Assim constituído, o novo modelo de avaliação trouxe uma melhor discriminação dos estágios de desenvolvimento dos programas. A distribuição das notas, atingindo o formato estatístico de uma distribuição Normal, centrou-se nos níveis 4 e 5 da escala. Poucos programas situam-se no grau máximo de excelência, enquanto a minoria fica abaixo do limite mínimo de qualidade estabelecido.

Número de Programas de Pós-Graduação Avaliados, Segundo o Nível Acançado

Anos	TOTAL	E / D	C	B / A
1996	1.114	5%	30%	65%
	TOTAL	ATÉ 3	DE 4 A 5	DE 6 A 7
1998	1.314	37%	53%	10%
2001	1.577	35%	56%	9%

FONTE: CAPES, Estatísticas da Pós-Graduação.

Desta forma, foram melhor identificados os programas com padrão de excelência internacional. Em 1998, 105 programas (8%) haviam obtido nota 6, e 23 (2%) a nota 7. Em 2001, 100 programas (6%) obtiveram nota 6, enquanto 49 (3%) atingiram a nota 7.

Do mesmo modo, melhorou a distinção dos níveis de desenvolvimento das áreas avaliadas. Enquanto, por exemplo, algumas áreas tiveram pelo menos um de seiís programas enquadrados no nível 7 da escala,

em outras áreas, a nota máxima alcançada foi 6, 5 ou mesmo 4, possibilitando, assim, avaliar os diferenciais de qualidade das mesmas.

Com isto, possibilitou-se garantir melhores subsídios para o planejamento dos programas, de cada área em particular e do sistema de pós-graduação como um todo, com informações mais detalhadas e melhor apresentadas sobre os pontos fortes e fracos e as peculiaridades de cada programa.

O aprimoramento desse sistema é objeto de um esforço contínuo da CAPES. No caso das providências adotadas em 1998, constituíram-se em apenas uma etapa inicial do processo de reformulação do Sistema de Avaliação. Outras medidas estão tendo prosseguimento, visando a adequação dos referenciais de enquadramento; valorização da auto-avaliação pelos programas; aprimoramento do processo de escolha dos representantes de área; integração de consultores estrangeiros e membros externos às áreas de concentração; divulgação dos propósitos e forma de operação do Sistema de Avaliação, garantindo-se o devido conhecimento, por todos os interessados, de todos os aspectos envolvidos no acompanhamento e avaliação da pós-graduação brasileira.

É, pois, contínuo o esforço da CAPES em garantir as melhores condições de funcionamento para o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação no Brasil.

VIII. Avaliações Internacionais

Ò Brasil participa, também, de projetos internacionais, tendo em vista uma ação integrada para o desenvolvimento de sistemas de avaliação e estudo de indicadores educacionais comuns.

No âmbito da Cúpula das Américas e do Mercosul, o Ministério da Educação, por meio do INEP, participa da definição de parâmetros e metodologias, com representantes de outros países latino-americanos, visando o estabelecimento de estratégias conjuntas para a avaliação da qualidade da educação ministrada no continente.

Juntamente com representantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o INEP faz parte, também, do programa World Education Indicators (WEI), da UNESCO ou OCDE, tendo como objetivo desenvolver um conjunto básico de indicadores (socioeconómicos e demográficos, financeiros e do sistema educacional) que permitam a comparação, com maior grau de acerto, entre os países. Os países participantes deste projeto são: Argentina, Brasil, Chile, China, Egito, Filipinas, índia, Indonésia, Jordânia, Malásia, Paraguai, Rússia, Sri Lanka, Tailândia, Uruguai e Zimbabwe.

No ano de 1997, o Brasil também tomou parte no Primeiro Estudo Internacional Comparado, realizado pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação, vinculado à Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe (OREALC/UNESCO). Este estudo teve como objetivo avaliar os níveis de aprendizagem, em Linguagem e Matemática, dos alunos das 3ª e 4ª séries da escola primária, e analisar os fatores associados ao desempenho. Fizeram parte do primeiro relatório os alunos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Honduras, México, Paraguai, República Dominicana e Venezuela.

No entanto, o projeto mais ambicioso, no nível internacional, entre os . que buscam desenvolver a avaliação educacional, é representado pelo PISA (Programme for International Student Assessment), coordenado pela OCDE. O programa de avaliação internacional de estudantes - que abrangeu na primeira etapa mais de duzentos mil alunos em 32 países - tem como finalidade avaliar habilidades e conhecimentos de alunos de 15 anos de idade, nos domínios da Linguagem, da Matemática e das Ciências, visando a capacidade futura de utilizar esses conhecimentos na vida diária.

A lista de países participantes é extensa, a saber: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letónia, Liechtenstein, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia e Suíça. Brasil, Federação Russa, Letónia e Liechtenstein participam como convidados, uma vez que os demais países são membros da OCDE.

No Brasil, a coordenação do programa ficou a cargo do INEP. O Pisa tem como objetivos, detalhados no Relatório Pisa 2000, de dezembro de 2001:

a) Avaliar conhecimentos e habilidades que são necessários em situações da vida real. O Pisa enfatiza a eficácia externa do processo de escolarização e se propõe a examinar o desempenho alcançado pelos alunos nos três domínios avaliados (Leitura, Matemática e Ciências), abordando-os em situações que estão além do contexto escolar;

b) Relacionar diretamente o desempenho dos alunos a temas de políticas públicas. O Pisa foi concebido para apresentar os resultados alcançados em um número considerável de países, de maneira a lançar luz sobre questões de interesse dos governos, como, por exemplo, sobre o preparo escolar das crianças para a vida em sociedade; sobre as estruturas e práticas educacionais que maximizam as oportunidades de alunos vindos de contextos desvantajosos, ou sobre a influência da qualidade dos recursos escolares sobre os resultados alcançados pelos alunos;

c) Permitir o monitoramento regular dos padrões de desempenho. O Pisa tem por objetivo a avaliação das áreas de Leitura, Matemática e Ciências. Visa avaliar, a cada três anos, se os jovens estão sendo preparados para enfientar os desafios do mundo contemporâneo, procurando fornecer indicadores internacionais em condições de serem utilizados por responsáveis pela administração de sistemas educacionais na orientação de políticas públicas.

A primeira avaliação do PISA foi realizada em 2000, com ênfase no domínio da Leitura. Estão previstas novas avaliações em 2003 e 2006, quando a ênfase recairá, respectivamente, na proficiência dos alunos nas áreas de Matemática e de Ciências.

Assim, para cada ciclo de avaliação, foi previsto um domínio principal a ser avaliado mais profundamente por meio de itens de prova. Dois terços do teste estão relacionados com a avaliação do domínio principal. Em relação aos domínios secundários, a avaliação visa apenas fornecer um perfil básico das habilidades dos alunos.

Os resultados do PISA permitirão que as instâncias encarregadas de formular e tomar decisões sobre políticas educacionais, em todos os níveis de governo, comparem nosso sistema educacional com parâmetros internacionais. Nesse sentido, os resultados do PISA servirão como base para o aperfeiçoamento da avaliação e monitoramento da efetividade dos sistemas educacionais, para que, a partir daí, tenhamos melhores horizontes em relação aos nossos estudantes.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO PISA

O Brasil resolveu voluntariamente participar na pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Trata-se de um programa de avaliação comparada cuja principal finalidade é avaliar o desempenho de alunos de 15 anos de idade, produzindo indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais.

A participação brasileira tem vários significados importantes, além daqueles gerados pelos números e resultados. Em primeiro lugar, a própria decisão de entrar em uma pesquisa, onde se encontram os países avançados e praticamente nenhum dos países em desenvolvimento - salvo apenas o México que, por ser membro da OCDE, naturalmente está incluído. Há que se considerar a maturidade do país em cumprir rigorosamente os roteiros metodológicos, em analisar profissionalmente as informações obtidas e em produzir um documento realista e competente. Não foram poucos os países que - em outras ocasiões -decidiram não divulgar dados de pesquisa considerados como desfavoráveis. Revela ainda um grau de maturidade do Ministério da Educação, cujo desempenho não pode ser medido pela expectativa da solução imediatista de todos os problemas da educação básica, em um país federativo, mas pela sua honestidade intelectual, realismo e competência para gerar dados de qualidade, analisar serenamente o estado da nossa educação e tirar lições e implicações para políticas procedentes.

Em segundo lugar, mas não menos importante, o Brasil participou porque estava apto a participar. O país desenvolveu nos últimos sete anos um amplo, extenso e abrangente sistema de avaliação educacional em todos os seus níveis, da educação infantil à pós-graduação. Dispomos de inúmeros dados a respeito do nosso sistema de ensino.

O Relatório Nacional PISA 2000 traz pistas importantes de onde devem ser concentrados os esforços do sistema educacional brasileiro: no uso correto da linguagem, dos números e dás ciências, permitindo aos nossos alunos entender com precisão o que se lê.

A própria natureza da elaboração do teste, ao ir para o mundo do trabalho e da vida perguntar quais os conhecimentos necessários para operar com competência no mundo moderno, significa que, antes mesmo do PISA, nossas políticas estavam na direção correta. Os novos Parâmetros Curriculares Nacionais já antecipavam essas preocupações e revelam uma tentativa de eliminação paulatina dos currículos gigantescos, permitindo às escolas concentrarem-se no que é importante ensinar, com conteúdos analiticamente mais ricos, voltados para o desenvolvimento do raciocínio e à capacidade de aprender a aprender. O ENEM, da mesma forma, é estruturado a partir de competências e habilidades associadas a questões vinculadas à vida cotidiana.

A primeira etapa do PISA trouxe resultados que desagradaram, mas que eram esperados. É preciso levar em conta que as competências que o Programa objetiva medir pressupõem nove ou mais anos de escolarização. Em países como o Brasil e o México, cerca da metade da população de referência cursa, ainda, o ensino fundamental. Entretanto, podemos ser otimistas quando verificamos, no Relatório 2000, que o desempenho de nossos alunos de 15 anos com, pelo menos, nove anos de estudo (cursando a I^{a} ou 2^{a} série do Ensino Médio) está no mesmo nível de seus pares europeus.

Publicações INEP

• *Avaliação da Educação Básica*

SAEB 2001: novas perspectivas. Dezembro 2001.

Resultados do SAEB/99 - dados de contexto, Brasil, regiões e unidades da federação. 2000.

Relatório SAEB 1999 - Níveis de Desempenho de Língua Portuguesa e Matemática. Dezembro 2000.

Matrizes curriculares de referência para o SAEB. 1999.

O perfil da escola brasileira: um estudo a partir dos dados do SAEB 97. 1999.

SAEB/97: estudo comparativo dos resultados do SAEB 1995/1997. 1998.

SAEB/97: primeiros resultados. 1998.

Resultados SAEB/95: a escola que os alunos frequentam. 1996.

Resultados SAEB/95: escalas de proficiência. 1996.

Exame Nacional do Ensino Médio - Documento Básico. 2001.

Exame Nacional do Ensino Médio • Relatório Pedagógico 2000. Março 2001.

Exame Nacional do Ensino Médio - Relatório Pedagógico 2001. Dezembro 2001.

Exame Nacional do Ensino Médio - Relatório Final 1999. 2000.

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM: documento básico 2000. 1999.

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM: documento básico. 1999. 15p.

Relatório Final 1998 - ENEM. 1999.

Avaliação dos concluintes do ensino médio em nove estados, 1997: relatório síntese. 1999.

Avaliação dos concluintes do ensino médio em nove estados:

Relatório Final. 1998.

PISA 2000 - Relatório Nacional. Dezembro 2000.

• *Avaliação do Ensino Superior - Provão*

Exame Nacional de Cursos - Relatório Síntese 2001. 2001.

Exame Nacional de Cursos - 2000: anexo do relatório síntese **(por** curso). 2001.

Exame Nacional de Cursos: Relatório-Síntese. 1999.

Exame Nacional de Cursos - 1999: anexo do relatório síntese (por curso). 2000.

Exame Nacional de Cursos - 1998: questionário-pesquisa, síntese Brasil. 1999.

Diretrizes Curriculares: propostas das Comissões do Exame Nacional de Cursos. 1998.

Exame Nacional de Cursos - 1998: provas e questionário. 1998.

Exame Nacional de Cursos - 1998: Relatório-Síntese. 1998.

Exame Nacional de Cursos: Relatório-Síntese 1997. 1998.

Exame Nacional de Cursos - 1996 (por curso). 1997.

Quem é e **o que pensa o graduando,** 1996 (por curso). 1997.

Revista do Provão. 1996/2002.

• *Estatísticas Educacionais*

Censo Escolar Indígena - 1999. Dezembro 2001.

Censo do Professor 1997 - Perfil do Magistério da Educação Básica. 1999.

Evolução do Ensino Superior - Graduação: 1980 - 1998. 2000.

Geografia da Educação Brasileira. 2000.

Resultados do Censo Escolar 2000. 2000.

Números da Educação no Brasil - 1994 - 2000. Abril 2002 (Dados por Regiões e Estados)

Sinopses Estatísticas da Educação Básica: Censo Escolar - anos 1996 a 2001.

Estatísticas da Educação Básica no Brasil. 1996.

A Matrícula no Ensino Fundamental em Perspectiva. Maio 2000.

Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil.

Junho 2000.

Evolução do Ensino Superior - 1980 - 1996. 1998.

Caracterização física das escolas. 1999.

Informe estatístico da educação básica: evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil. 1998.

Informe estatístico, 1996: Brasil, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste. 1997.

• *Periódicos*

Em Aberto

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

Expediente

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretária Executiva
Maria Helena Guimarães de **Castro**

Secretaria de Educação Fundamental
Iara Gloria Areias **Prado**

Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Raul David do Valle Júnior

Secretaria de Educação Superior
Francisco César de Sá Barreto

Secretaria de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância
Pedro Paulo Poppovic

Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola
António Floriano Pereira Pesaro

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Mónica Messenberg

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais • INEP
João Batista Gomes Neto

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
Abílio Baeta Neves

Coordenação do Projeto
Sérgio Tiezzi

Elaboração do Texto
William Lonzar

INEP

Presidente
João Batista Ferreira Gomes Neto

Chefe de Gabinete
Ana Apolónia Albuquerque Marques

Assessoria de Imprensa
Dulcídio Siqueira Neto

Diretora de Gestão e Planejamento
Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretor de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Diretora de Estatísticas da Educação Básica
Ednar Maria Vieira Diniz

Diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
Tancredo Maia Filho

Assessor Especial
Jocimar Airhangelo

Diretora de Avaliação da Educação Básica
Iza Locatelli

Diretora de Avaliação para Certificação de Competência
Maria Inês Fini

Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco "L"
70047-900 - Brasília - DF - Brasil
http://www.mec.gov.br

Supervisão
Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação J W Thompson Publicidade Ltda.

Projeto Gráfico
Laerte Agnelli

Editoração Companhia
do **Traço**

Fotolito
Litokromia

Impressão e Acabamento
Kriativa

Produzido em papel Reciclato da Cia. Suzano - Papel offset 100% reciclado produzido em escala insdustrial no Brasil, feito a partir de aparas pré e pós-consumo.